

PROPOSITURA	EMENTA	ETAPA ATUAL
<u>Projeto de lei 831/2024</u>	Torna obrigatório serem ouvidos pais, responsáveis e estudantes antes do fechamento, aglutinação de classes ou encerramento de períodos em escolas públicas.	Comissão de Constituição, Justiça e Redação
<u>Projeto de lei Complementar 51/2024</u>	Confere estabilidade ao professor da categoria O que integra a CIPA.	Comissão de Constituição, Justiça e Redação
<u>Projeto de lei 619/2024</u>	Estabelece critérios para a proteção e defesa do patrimônio histórico, cultural, artístico e paisagístico de Piracicaba.	Comissão de Constituição, Justiça e Redação
<u>Projeto de lei 535/2024</u>	Institui o "Dia Estadual do Cavaleiro".	Comissão de Constituição, Justiça e Redação
<u>Projeto de lei Complementar 36/2024</u>	Autoriza o Governo do Estado a prorrogar a vigência dos contratos dos docentes categoria O que vencem em 2024.	Constituição, Justiça e Redação
<u>Projeto de decreto legislativo 29/2024</u>	Susta os efeitos artigo 8º da Resolução SEDUC nº 45, de 14 de junho de 2024, que dispõe sobre as regras de inscrição e classificação para o processo anual de atribuição de classes e aulas ao docentes da rede estadual de ensino.	Comissão de Constituição, Justiça e Redação
<u>Projeto de decreto legislativo 27/2024</u>	Susta os efeitos do Decreto nº 68.597, de 10 de junho de 2024, que autoriza privatização de escolas estaduais.	Comissão de Constituição, Justiça e Redação
<u>Projeto de lei Complementar 22/2024</u>	Cria a Agência Reguladora de Serviços Públicos de Saúde do Estado de São Paulo - ARSESP.	Comissão de Constituição, Justiça e Redação
<u>Projeto de lei 270/2024</u>	Institui marco regulatório para o uso de ferramentas digitais de inteligência artificial nas escolas públicas do Estado.	Comissão de Constituição, Justiça e Redação
<u>Projeto de decreto legislativo 15/2024</u>	Susta os efeitos do Decreto nº 68415, de 4 de abril de 2024, que desobriga o Estado de garantir auxiliar para os estudantes com deficiência nas salas de aula.	Comissão de Constituição, Justiça e Redação
<u>Projeto de resolução 5/2024</u>	Altera o Regimento Interno da ALESP para que proposições mais recentes sejam anexadas à mais antiga sobre o mesmo tema.	Último andamento 08/03/2024 - Distribuído: MESA.
<u>Projeto de lei Complementar 4/2024</u>	Modifica o artigo 75 da Lei Complementar nº 1374/2022, para retirar a sustentação legal que permitiu ao governo Tarcísio de Freitas publica a Resolução 4/2024 para perseguir, transferir ou exonerar diretores e supervisores de ensino que não cumpram metas impostas ou não se comportem de acordo com o projeto político do atual governo.	Comissão de Constituição, Justiça e Redação

<u>Projeto de lei 63/2024</u>	Denomina "Escola Estadual Valquíria Bonalume Martins" a Escola Estadual Andrei Sakharov, em Carapicuíba.	Comissão de Constituição, Justiça e Redação
<u>Projeto de lei 57/2024</u>	Torna prioritário o combate ao avanço da dengue.	Comissão de Constituição, Justiça e Redação
<u>Projeto de lei 22/2024</u>	Declara de utilidade pública o Instituto Saber Viver, com sede em São Lourenço da Serra.	Comissão de Constituição, Justiça e Redação
<u>Projeto de lei Complementar 3/2024</u>	Altera a Lei Complementar nº 1093/2009, para garantir que os professores temporários possam ter seus contratos encerrados apenas no último dia do ano, para que tenham seu salário integral do mês de dezembro e demais direitos, assim como indenização pela rescisão antecipada do contrato de trabalho desses professores.	Comissão de Constituição, Justiça e Redação
<u>Projeto de resolução 1/2024</u>	Cria a Comissão Permanente de Cultura na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, tornando a Comissão de Educação e Cultura em Comissão de Educação.	Último andamento 16/02/2024 - Distribuído: MESA.
<u>Projeto de lei Complementar 149/2023</u>	Autoriza o Poder Executivo a prorrogar por mais um ano a vigência dos contratos dos servidores docentes da Secretaria da Educação, firmados nos termos da Lei Complementar nº 1093, de 16 de julho de 2009.	Comissão de Constituição, Justiça e Redação
<u>Projeto de lei 1587/2023</u>	Altera dispositivo da Lei nº 13.798, de 09 de novembro de 2009, que institui a Política Estadual de Mudanças Climáticas - PEMC, para ampliar medidas preventivas e punições aos que provocam danos ao meio ambiente.	Comissão de Constituição, Justiça e Redação
<u>Projeto de lei 1491/2023</u>	Visa garantir a participação de servidores públicos estaduais em manifestações, paralisações ou greve.	Comissão de Administração Pública e Relações do Trabalho
<u>Projeto de resolução 50/2023</u>	Institui o "Prêmio de Incentivo à Educação, à Ciência, à Tecnologia e à Inovação para o ensino técnico e tecnológico no Estado de São Paulo".	Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento
<u>Projeto de lei Complementar 136/2023</u>	Acrescenta Disposição Transitória com artigo único à Lei Complementar nº 1.354/2020 para promover a devolução dos valores confiscados de aposentados e pensionistas.	Comissão de Constituição, Justiça e Redação
<u>Projeto de lei 1453/2023</u>	Denomina "Maternidade Maria Eduarda Toller de Mello" a maternidade do Hospital Regional de Bebedouro.	Comissão de Constituição, Justiça e Redação
<u>Projeto de lei 1416/2023</u>	Define em 30% do orçamento o percentual mínimo de gastos com educação pelo Estado.	Comissão de Educação e Cultura

<u>Projeto de lei Complementar 128/2023</u>	Altera a Lei Complementar nº 104/2008 para garantir aos servidores o direito de comparecer a consultas médicas e tratamentos de saúde.	Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento
<u>Projeto de lei Complementar 127/2023</u>	Institui normas para a contratação justa de professores temporários na rede estadual de ensino, com garantia de direitos.	Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento
<u>Projeto de lei Complementar 126/2023</u>	Cria o Conselho de Administração no IAMSPE e faculta o atendimento médico aos professores temporários.	Comissão de Constituição, Justiça e Redação
<u>Projeto de lei Complementar 125/2023</u>	Altera a Lei Complementar 1.354/2020, para flexibilizar as exigências para pagamento de aposentadorias aos servidores faleçam em decorrência de Covid ou acidente de trabalho e pensões a seus dependentes.	Comissão de Constituição, Justiça e Redação
<u>Projeto de lei Complementar 124/2023</u>	Estabelece a alíquota única de 11% para a contribuição previdenciária dos servidores públicos estaduais.	Comissão de Constituição, Justiça e Redação
<u>Projeto de lei Complementar 123/2023</u>	Acrescenta Disposição Transitória com artigo único na Lei Complementar nº 1.354/2020, para possibilitar a devolução dos valores confiscados de aposentados e pensionistas.	Comissão de Constituição, Justiça e Redação
<u>Projeto de lei Complementar 122/2023</u>	Altera o §1º do artigo 6º da Lei Complementar nº 1.354/2020, para corrigir as garantias de aposentadoria especial para os designados aos cargos previstos na LC 1.374/2022 e, ao mesmo tempo, garantir que quem ocupa os cargos efetivos de gestão e supervisão, também possa se aposentar pelas regras de aposentadoria especial para os docentes.	Comissão de Constituição, Justiça e Redação
<u>Projeto de lei Complementar 121/2023</u>	Autoriza o Poder Executivo a admitir professores temporários por processo seletivo simplificado, a fim de que o Estado cumpra a estratégia 18:20 do Plano Estadual de Educação.	Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento
<u>Projeto de lei Complementar 120/2023</u>	Altera a Lei Complementar nº 1.354/2020, para que os valores confiscados de aposentados e pensionistas sejam integralmente restituídos, em qualquer caso em que se constate a inaplicabilidade do fundamento legal do desconto, inclusive pela sua revogação.	Comissão de Administração Pública e Relações do Trabalho
<u>Projeto de lei 1213/2023</u>	Institui Conselhos de Gestão, com participação dos servidores públicos, com função consultiva e deliberativa e com participação de servidores indicados por suas associações de classe, em todos os órgãos da administração em que exista contribuição financeira dos servidores públicos.	Comissão de Administração Pública e Relações do Trabalho

<u>Projeto de lei 1149/2023</u>	Institui Mesa Permanente de Negociação Coletiva, composta por membros indicados pelo Governo do Estado e pelos sindicatos e entidades de classe dos servidores públicos.	Comissão de Constituição, Justiça e Redação
<u>Projeto de lei 1148/2023</u>	Institui Programa de Formação Permanente dos servidores públicos.	Comissão de Administração Pública e Relações do Trabalho
<u>Projeto de lei 1129/2023</u>	Institui o "Dia Estadual da Educação Profissional e Tecnológica".	Comissão de Educação e Cultura
<u>Projeto de lei 1095/2023</u>	Torna obrigatória a inclusão da língua brasileira de sinais (LIBRAS) na programação das emissoras de televisão, especialmente nos telejornais locais, nas propagandas e programas institucionais dos governos estadual e municipais, sendo os intérpretes, necessariamente, pessoas deficientes auditivos - surdos.	Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento
<u>Projeto de lei 1094/2023</u>	Acrescenta dispositivo à Lei nº 10.261/1968, para instituir licença para servidoras cujo(a) filho(a) tenha nascido por meio do mecanismo de gestação emprestada.	Comissão de Constituição, Justiça e Redação
<u>Projeto de lei 1090/2023</u>	Assegura o pagamento de auxílio financeiro à mulher que for vitimada por atos de violência doméstica.	Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento
<u>Projeto de lei 1089/2023</u>	Institui o Custo Aluno Qualidade Paulista - CAQ-P.	Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento
<u>Projeto de lei 1088/2023</u>	Estabelece piso salarial estadual a ser aplicado aos profissionais da saúde e dispõe sobre jornada de trabalho para esses mesmos profissionais.	Comissão de Constituição, Justiça e Redação
<u>Projeto de lei 1087/2023</u>	Institui o Programa Estadual de Renda Mínima.	Comissão de Constituição, Justiça e Redação
<u>Projeto de lei 1086/2023</u>	Estabelece direitos aos professores da rede pública e oficial de ensino do Estado.	Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento
<u>Projeto de lei 1085/2023</u>	Acrescenta artigo à Lei nº 12.640/2007, instituindo Piso Estadual Salarial para o servidor público estadual em jornada de trabalho de 40 horas semanais.	Comissão de Constituição, Justiça e Redação
<u>Projeto de lei 1083/2023</u>	Denomina "Escola Estadual Doutora Carolina Maria de Jesus" a Escola Estadual Bem Viver, em Pindamonhangaba.	Comissão de Constituição, Justiça e Redação
<u>Projeto de lei 1082/2023</u>	Torna obrigatória a existência de espaço destinado a uso exclusivo dos professores em toda a rede pública e oficial de ensino.	Tramitou nas 3 Comissões

<u>Projeto de lei 1081/2023</u>	Estabelece procedimento indenizatório para os servidores públicos do Estado em virtude de receberem seus vencimentos por trinta dias de trabalho mesmo nos meses em que há trinta e um dias.	Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento
<u>Projeto de lei 1080/2023</u>	Estabelece parâmetro mínimo de repasse financeiro do Estado para as APAE e demais organizações da sociedade civil, sem fins lucrativos, quando da assinatura de convênio com essas instituições para o recebimento, por elas, de alunos cuja deficiência não permita sua inclusão nas salas de aula do ensino regular.	Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento
<u>Projeto de lei 1079/2023</u>	Denomina "Zuleika Corte" o dispositivo de retorno localizado no km 162,170 da Rodovia Constante Peruchi - SP 316, em Cordeirópolis.	Comissão de Constituição, Justiça e Redação
<u>Projeto de lei 1078/2023</u>	Cria procedimento próprio para concessão de anistia a servidores públicos que tenham sofrido penas demissórias.	Comissão de Constituição, Justiça e Redação
<u>Projeto de lei 1077/2023</u>	Altera a Lei nº 11.199/2002, que proíbe a discriminação aos portadores do vírus HIV ou às pessoas com AIDS.	Comissão de Constituição, Justiça e Redação
<u>Projeto de lei 1076/2023</u>	Institui o Programa de Fornecimento de Absorventes Higiênicos nas escolas públicas que ofertam anos finais de ensino fundamental e ensino médio	Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento
<u>Projeto de lei 1075/2023</u>	Estabelece que os benefícios pagos pelo Regime Próprio do Servidor Público do Estado são direitos sociais.	Comissão de Constituição, Justiça e Redação
<u>Projeto de lei 1074/2023</u>	Determina que a Secretaria de Educação do Estado promova busca ativa dos alunos que estejam tendentes a abandonar as escolas no meio do ano letivo ou para o preenchimento de vagas na rede estadual de ensino.	Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento
<u>Projeto de lei 1073/2023</u>	Institui Programa Interdisciplinar de Mediação Escolar nas escolas da rede estadual de ensino.	Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento
<u>Projeto de lei 1071/2023</u>	Cria o Termo de Referência Estadual de Utilidade Pública de Imóveis - TREUPI para fins de implantação de equipamentos e serviços públicos de interesse do governo do Estado.	Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento
<u>Projeto de lei 1070/2023</u>	Considera contribuintes facultativos do Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual do Estado de São Paulo - IAMSPE, desde que contribuam mensalmente para o Instituto, professores da categoria O e demais servidores admitidos nos termos da Lei Complementar 1093/2009.	Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento

<u>Projeto de lei 1069/2023</u>	Assegura o direito à liberdade de expressão e de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber a todos os professores, estudantes e servidores da Educação da rede pública do Estado.	Comissão de Constituição, Justiça e Redação
<u>Projeto de lei 1068/2023</u>	Regulamenta o trabalho docente na oferta de atividades não presenciais e utilização de plataformas digitais no sistema estadual de ensino.	Comissão de Administração Pública e Relações do Trabalho
<u>Projeto de lei 1067/2023</u>	Autoriza o Poder Executivo a instituir programa habitacional no Estado.	Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento
<u>Projeto de lei 1066/2023</u>	Fixa diretriz estadual para normatização da relação de trabalho entre os educadores da educação infantil ocupantes de cargos ou empregos públicos de qualquer denominação e o Estado e seus municípios.	Comissão de Administração Pública e Relações do Trabalho
<u>Projeto de lei 1065/2023</u>	Assegura direitos aos trabalhadores que realizam entregas intermediadas por aplicativos no Estado.	Comissão de Constituição, Justiça e Redação
<u>Projeto de lei 1064/2023</u>	Disciplina sobre as ausências dos funcionários da Educação aos seus locais de trabalho em virtude de manifestações, paralisações ou greve.	Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento
<u>Projeto de lei 1062/2023</u>	Disciplina sobre as consignações em folha de pagamento de servidores públicos civis e militares, ativos e inativos, reformados e de pensionistas, da administração direta e autárquica.	Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento
<u>Projeto de lei 1061/2023</u>	Institui o Plano Estadual de Proteção e Defesa Civil no Estado.	Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento
<u>Projeto de lei 1060/2023.</u>	Estabelece que a servidora pública da administração direta e indireta do Estado fará jus a licenciamento remunerado de 6 meses, se houver sido vítima de atos de violência doméstica.	Comissão de Constituição, Justiça e Redação
<u>Projeto de lei 1059/2023</u>	Institui o Comitê Estadual de Acompanhamento, Controle Social e Fiscalização dos recursos recebidos pelo Estado em decorrência da Lei 14.017, de 29 de junho de 2020, que dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6/2020.	Último andamento 20/08/2024 - Concedida vista ao Deputado Carlos Giannazi
<u>Projeto de lei 1058/2023</u>	Institui o "Destaques do Axé", incluindo-o no Calendário Oficial de Eventos do Estado.	Comissão de Constituição, Justiça e Redação

<u>Projeto de lei 1057/2023</u>	Veda a redução dos vencimentos dos servidores públicos estaduais dos três poderes do Estado, independentemente da existência ou não de decreto de calamidade pública.	Comissão de Constituição, Justiça e Redação
<u>Projeto de lei 1056/2023</u>	Acrescenta parágrafo 4º ao artigo 6º da Lei nº 10.948/2001, para que os valores obtidos com as multas aplicadas por discriminação sexual sejam aplicados em políticas públicas destinadas ao combate da discriminação em razão de orientação sexual.	Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, da Cidadania, da Participação e das Questões Sociais
<u>Projeto de lei 1055/2023</u>	Obriga todos os prédios públicos do Estado a serem equipados com coletores solares e demais componentes que possibilitem a captação e o uso de energia solar em quantidade suficiente para suprir o uso de energia elétrica atualmente utilizada.	Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento
<u>Projeto de lei 1053/2023</u>	Fixa prazo para a implementação da reforma do ensino médio de que trata a Lei Federal nº 13.415/2017, nas escolas que integram o Sistema de Ensino do Estado.	Comissão de Constituição, Justiça e Redação
<u>Projeto de lei 1051/2023</u>	Autoriza a redução da jornada de trabalho dos servidores públicos estaduais que sejam pais ou responsáveis por crianças portadoras de Transtornos do Espectro Autista (TEA).	Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento
<u>Projeto de lei 1050/2023</u>	Regulamenta, no Estado, o inciso II do parágrafo único do artigo 158 da Constituição Federal.	Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento
<u>Projeto de lei 1040/2023</u>	Autoriza o Poder Executivo a instalar totens ou dispositivos assemelhados em todos os pontos de ônibus de transporte público urbano ou intermunicipal, que funcionem como instrumento de companhia às mulheres que utilizam esse meio de transporte, durante o período noturno.	Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento
<u>Projeto de lei 995/2023</u>	Acrescenta Disposição Transitória à Lei Complementar nº 1.354/2020, que dispõe sobre as aposentadorias e pensões do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos ocupantes de cargo de provimento efetivo, nos termos do artigo 126 da Constituição do Estado de São Paulo.	Comissão de Constituição, Justiça e Redação
<u>Projeto de lei 962/2023</u>	Aprova o Plano Estadual dos Servidores Públicos do Estado de São Paulo - PESP.	Comissão de Administração Pública e Relações do Trabalho
<u>Projeto de lei 961/2023</u>	Define as Diretrizes Curriculares Estaduais para o Ensino Médio, a serem adotadas nas escolas públicas e privadas que operem no Estado.	Comissão de Constituição, Justiça e Redação

<u>Projeto de lei 893/2023</u>	Institui a distribuição obrigatória da Lei nº 8.069/1990, Estatuto da Criança e do Adolescente, aos pais ou responsáveis pelo registro de nascimento ou da adoção definitiva, pelo Estado.	Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, da Cidadania, da Participação e das Questões Sociais,
<u>Projeto de lei 816/2023</u>	Institui o Fundo Especial para Manutenção e Custeio das Empresas Públicas.	Comissão de Constituição, Justiça e Redação
<u>Projeto de lei 743/2023</u>	Autoriza o retorno à condição de contribuinte obrigatório ou facultativo do IAMSPE àquele que, tendo perdido sua condição de contribuinte, retorne voluntariamente a essa condição a qualquer tempo, estabelecendo carência mínima para tanto.	Comissão de Administração Pública e Relações do Trabalho
<u>Projeto de lei 613/2023</u>	Aprova o Plano Estadual para os Servidores Públicos do Estado de São Paulo - PESP.	Comissão de Administração Pública e Relações do Trabalho
<u>Projeto de lei 488/2023</u>	Institui a CIPA, Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e de Assédio, no interior das escolas públicas da rede estadual.	Comissão de Educação e Cultura
<u>Projeto de lei 457/2023</u>	Institui o Programa de Combate à Violência nas Escolas Públicas do Estado.	Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento
<u>Projeto de lei 455/2023</u>	Obriga que todo recurso público proveniente de transferências obrigatórias e voluntárias da União seja destinado ao pagamento dos vencimentos ou subsídios dos ocupantes de cargos públicos destinados à docência da rede pública e oficial do Estado, de modo que esses servidores recebam seu salário base, no mínimo, em valor igual àquele fixado para o piso salarial pela Lei Federal nº 11.738/2008.	Comissão de Constituição, Justiça e Redação,
<u>Projeto de lei 234/2023</u>	Institui pensão especial, paga pelo Tesouro do Estado, aos filhos e dependentes menores de idade, órfãos, em razão de crime de feminicídio.	Comissão de Constituição, Justiça e Redação
<u>Projeto de lei 575/2022</u>	Institui meia-entrada em estabelecimentos de lazer e entretenimento para os servidores que especifica.	Comissão de Constituição, Justiça e Redação
<u>Projeto de lei 485/2022</u>	Institui o Programa de Incentivo à Economia Solidária, voltado para mulheres.	Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento
<u>Projeto de lei 67/2022</u>	Obriga hospitais públicos e privados que mantenham Unidades de Tratamento Intensivo (UTI) a disponibilizar meios para que parentes próximos possam acompanhar o paciente internado de forma presencial.	Comissão de Constituição, Justiça e Redação

<u>Projeto de lei 822/2021</u>	Altera o caput do artigo 1º da Lei nº 10.858/2001, que institui a meia-entrada para professores da rede pública estadual de ensino em estabelecimentos que proporcionem lazer e entretenimento.	Comissão de Constituição, Justiça e Redação
<u>Projeto de lei 803/2021</u>	Dispõe sobre a destinação das penalidades a serem aplicadas à prática de discriminação em razão de atos de preconceito racial.	Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, da Cidadania, da Participação e das Questões Sociais,
<u>Projeto de lei 747/2021</u>	Estabelece que parte da alimentação destinada aos alunos da rede pública de ensino do Estado seja disponibilizada aos professores e funcionários dessas unidades escolares.	Comissão de Educação e Cultura
<u>Projeto de decreto legislativo 64/2021</u>	Susta os efeitos da Portaria Normativa nº 367/21, da Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente - CASA, que regula procedimentos relacionados à fixação da sede de prestação de serviço para os servidores.	Comissão de Constituição, Justiça e Redação
<u>Projeto de lei 568/2021</u>	Institui políticas públicas em favor da população idosa.	Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, da Cidadania, da Participação e das Questões Sociais
<u>Projeto de lei 444/2021</u>	Cria a Parceria Pública Cidadã - PPCid, autorizando o Poder Executivo a implantar programas de parcerias na geração de trabalho e renda.	Comissão de Atividades Econômicas
<u>Projeto de resolução 14/2021</u>	Institui o Serviço de Combate à Violência Contra o Preconceito em Virtude da Orientação Sexual e Identidade de Gênero das Pessoas - SOS-LGBT, no âmbito da Assembleia Legislativa.	Comissão de Constituição, Justiça e Redação
<u>Projeto de lei Complementar 19/2021</u>	Cria o Conselho de Administração no IAMSPE e faculta o atendimento médico aos admitidos nos termos da Lei Complementar nº 1.093, de 16 de julho de 2009.	Comissão de Constituição, Justiça e Redação
<u>Projeto de lei 361/2021</u>	Autoriza o Poder Executivo a prorrogar por mais 3 (três) anos a vigência dos contratos dos docentes da categoria O, que vencerem ao longo dos anos de 2021 e 2022.	Comissão de Administração Pública e Relações do Trabalho
<u>Projeto de lei 76/2021</u>	Institui o "Dia Estadual do Direito à Moradia".	Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, da Cidadania, da Participação e das Questões Sociais

<u>Projeto de lei 75/2021</u>	Institui o "Dia Estadual de Luta Pela Vida".	Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, da Cidadania, da Participação e das Questões Sociais
<u>Projeto de lei Complementar 33/2020</u>	Altera a Lei Complementar nº 1.164/2012, que institui o Regime de Dedicação Plena e Integral - RDPI e a Gratificação de Dedicação Plena e Integral - GDPI aos integrantes do quadro do Magistério em exercício nas escolas estaduais de ensino médio de período integral.	Comissão de Constituição, Justiça e Redação
<u>Projeto de lei 348/2020</u>	Institui o Projeto de Estímulo à Leitura para os estudantes das escolas públicas do Estado.	Pronto para a ordem do dia
<u>Projeto de lei 402/2020</u>	Autoriza o Poder Executivo a estabelecer linha de crédito para que os professores da rede pública adquiram computadores, aparelhos de telefonia móvel e tablets, a fim de que possam desempenhar, com equipamentos adequados, funções docentes enquanto for necessária a prestação de atividade remota, durante o estado de calamidade pública relacionado à infecção causada pelo novo coronavírus.	Pronto para a ordem do dia
<u>Projeto de lei 286/2020</u>	Institui o Programa Rede Segura, de combate à violência doméstica no Estado.	Comissão de Defesa e dos Direitos das Mulheres
<u>Projeto de lei 219/2020</u>	Autoriza o Poder Executivo a criar programa de crédito especial desburocratizado para assentamentos e pequenos agricultores do Estado.	Comissão de Constituição, Justiça e Redação
<u>Projeto de lei 974/2019</u>	Autoriza o Poder Executivo a formalizar convênio com os municípios paulistas de modo a possibilitar apoio às Casas Abrigo mantidas por eles, estimulando ainda a sua criação, onde não houver.	Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento
<u>Projeto de lei 891/2019</u>	Institui o Programa Estadual de Alimentação Escolar no âmbito das unidades de educação básica da rede pública estadual de ensino.	Comissão de Constituição, Justiça e Redação
<u>Projeto de lei 743/2019</u>	Torna gratuita a averbação da alteração do prenome e da classificação de gênero no registro civil da pessoa transgênero (travestis, mulheres transexuais, homens trans e intersexo).	Veto do Governador constando na ordem do dia